

1 Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco (28/10/25) com início às 15h25 realizou-se a  
2 reunião mensal do Conselho Municipal de Saúde (COMUS). Justificou ausência o Sr Jair Santiago, estiveram  
3 presentes Marilia Sangion, Geraldo de Faria Cardoso, Aguida Elena B. F. Cambauva, Tatiany P. de Oliveira, Daniel  
4 Freitas A. Pereira, Renildo C. da Silva, Carina M. Alves, Flávio F. de Carvalho, Karina C. dos R. Costa, Mariane da  
5 S. Rodrigues, Solange R. S. Faria, Salvador C. Santiago, Raquel G. de Souza Nivaldo Paiva, Leandro Savio P. Veloso,  
6 Chiguenari Gimezzo, Alessandro L. Coimbra, Daniel Gantner Freire, Eliana Aparecida S. R. Araújo, Jose Carlos R.  
7 Arana, Jose Clemente de Melo, Odilio Alves de Lima, Luiz Guilherme Amancio dos Santos, Horácio Ferreira do  
8 Nascimento, Leila Rondel Passos, Lidiene L. Mota Ribeiro, Adriana dos Santos Antonio, Martha Castro de Souza  
9 Rodrigues (ouvidoria) e Elisete Sgorlon. A Presidente Sra Karina inicia agradecendo a presença de todos e abre  
10 espaço para o conselheiro Sr Alessandro Coimbra protocolar a solicitação do Conselho Gestor de Unidade (CGU)  
11 da UBS Parque Brasil para que seja providenciado os devidos encaminhamentos, após a Presidente Sra Karina  
12 inicia as ressalvas e correções da ata da reunião mensal do COMUS referente ao dia 22/09/25, Sra Carina Martins  
13 complementa que na linha 27 é correto apontar que o objetivo da prestação de contas é a demonstração da  
14 aplicação dos recursos da saúde de despesas e receitas em cada fonte de recursos e que a Comissão Fiscal existe  
15 para avaliar com mais profundidade, já na linha 39 onde abre para a votação e aprovação da Prestação de Contas,  
16 faltou incluir sua fala em que orienta os conselheiros que no caso de negativa é preciso que o conselheiro  
17 justifique para que não corra risco do município ser penalizado e inclusive perder recursos financeiros e que  
18 diante dessa fala, aponta que na linha 47 dois conselheiros optaram por se absterem e não um, sendo o correto  
19 Sr José Carlos Arana que justificou que não atuava como conselheiro no período da apresentação e o Sr Flávio  
20 Carvalho que justificou não ter tido tempo de analisar a prestação de contas devido problemas com seu e-mail  
21 e Sra Priscilla Gonçalves diz que na linha 37 faltou incluir sua fala onde justifica e reforça para Sr Alessandro a  
22 responsabilidade da Comissão Fiscal no acompanhamento e detalhamento dos números da prestação de contas  
23 e que no dia da reunião da Comissão Fiscal que foi marcada no dia 16/09/25 às 09h00 somente Sra Marilia estava  
24 presente e que na linha 42 onde Sr Alessandro aponta a falta de detalhamento e apontamento importantes sobre  
25 a Santa Casa e São Francisco de Assis e que não foram listadas as emendas parlamentares e nesse momento a  
26 mesma volta alguns slides da apresentação e demonstra as informações estão na apresentação. Sra Marilia  
27 aponta que na linha 44 faltou incluir sua fala onde diz que para o parecer da Comissão Fiscal não é obrigatório o  
28 envio antecipado e que a função do conselho é verificar detalhadamente a execução orçamentária e reforça o  
29 não comparecimento de nenhum conselheiro no dia da reunião, na ocasião disse também que a prestação de  
30 contas é uma oportunidade de mostrar ao conselho o resultado do trabalho realizado, onde poderá demonstrar  
31 o que executou com os recursos disponíveis para a saúde e que a não aprovação deve se embasar na justificativa  
32 em relação aos valores e números apresentados e não se trata de opiniões. Sr Alessandro Coimbra aponta que  
33 na prestação de contas, na parte referente as consultas médicas, onde constam as informações da atenção  
34 Especializada, os dados sejam desmembrados entre o Hospital São Francisco e a Santa Casa. Atualmente, essas  
35 informações são apresentadas de forma conjunta e o desmembramento tem como objetivo identificar o número  
36 de consultas realizadas em cada hospital, Sra Marilia Sangion orienta que a quantidade de consultas não é o  
37 objetivo da prestação de contas e sim valores e a presidente Sra Karina orienta que para as próximas prestações  
38 de contas será solicitado que os dados de atendimentos sejam separados e pergunta se há mais alguma

39 observação na ata do dia 22/09/25 e parte para a votação de aprovação, que por unanimidade é aprovada com  
40 as devidas ressalvas, após convida Sr Renildo para reforçar a informação acerca das alterações de regiões que  
41 são os bairros Jardim Paraíba, Jardim Beira Rio e Cidade Jardim que antes pertencia a unidade do Santa Cruz dos  
42 Lázarios e agora com a redistribuição e melhor adequação dos municíipes, essa área passa a pertencer a unidade  
43 da UBS Central à partir do dia 03 de Novembro e todos que tem consulta agendada continua com o mesmo  
44 agendamento até que seja feita toda adequação e assim o esperado é que a unidade do Santa Cruz dos Lázarios  
45 fique menos sobre carregada e o esperado é um atendimento mais adequado aos municíipes. Sr Alessandro  
46 questiona sobre a quantidade de usuários permitida por unidade de acordo com o Ministério da Saúde e Sr  
47 Renildo orienta que com a nova atualização as divisões são feitas por equipes. Sr Flávio questiona sobre as regiões  
48 da Assistência não serem mapeadas de acordo com a Saúde e Sr Renildo explica que para a Saúde o ideal é que  
49 seja mapeado de acordo com a proximidade da região do município, Sr Daniel Gantner observa que a distância a  
50 ser percorrida é a mesma e que o município não será prejudicado. A presidente Sra Karina convida Sra Adriana e  
51 Sra Lidiene para a apresentação do Protocolo de Acolhimento à Demanda Espontânea na Atenção Primária a  
52 Saúde e Protocolo de segurança do Paciente para apreciação e deliberação. Sra Adriana diz que o objetivo do  
53 protocolo é auxiliar no acolhimento e melhor atendimento do paciente e que em relação ao Protocolo de  
54 Atendimento à Demanda Espontânea passa a ter um fluxo igual para todas unidades e assim garante um  
55 atendimento mais adequado ao paciente ampliando o acesso a todos os serviços ofertados pelo município, Sr  
56 Flávio aponta a necessidade de qualificação para alguns profissionais da saúde para quando for necessário  
57 realizar o encaminhamento para o serviço de saúde mental, pois tem observado em seus acolhimentos no CAPS  
58 2 a falta de entendimento dos profissionais em diferenciar se a demanda realmente é para saúde mental e que  
59 algumas vezes observou que alguns Agentes Comunitários de Saúde não sabem da existências de 3 diferentes  
60 tipos de CAPS no município e Sra Lidiene informa que será realizado cursos de capacitação para esses usuário,  
61 Sr Alessandro questiona se os agendamentos de consultas passarão a serem agendados somente mediante ao  
62 acolhimento e não mais direto no balcão e Sra Lidiene afirma que sim e que finalidade da enfermeira é ser uma  
63 facilitadora e que no acolhimento ela conseguirá colher todo o histórico do paciente e ser mais assertiva na  
64 classificação e conduta da gravidade desse paciente e assim espera-se que todos tenham oportunidade de  
65 conseguir passar em consulta dentro do tempo esperado, Sr Nivaldo questiona se o protocolo de atendimento é  
66 o mesmo que das unidades de emergências e Sra Lidiene orienta que não, pois o protocolo foi pensado numa  
67 unidade básica de saúde, Sra Raquel questiona sobre a baixa quantidade de enfermagem disponível para atender  
68 ao novo protocolo, principalmente nas unidades de 12 horas e Sr Renildo orienta que o foco principal é a  
69 organização institucional desses atendimentos e que está vendo junto a Secretaria de Saúde a questão de ter um  
70 enfermeiro somente para o atendimento das 12 horas. A presidente Sra Karina abre para deliberação e por  
71 unanimidade o Protocolo de Acolhimento à Demanda Espontânea na Atenção Primária a Saúde é aprovado. O Sr  
72 José Arana precisou deixar a reunião às 16h15. Sra Lidiene realiza a apresentação e explicação do protocolo  
73 de Segurança do Paciente que é um seguimento que não existia no município e que já é estabelecido  
74 pelo Ministério da Saúde e precisa ser regulamentado no município, e esse núcleo trata-se de uma  
75 equipe que avalia todas as situações/condições que envolvem a segurança do paciente e que até o  
76 momento não havia esse núcleo para realizar cobranças oficiais e para isso é necessário realizar

77 levantamentos de dados que serve como base para conclusões corretas para solicitações, Sra Adriana  
78 orienta que esse núcleo é formado por vários profissionais da saúde e que de certo modo já vem  
79 acontecendo no município e que é necessário ser formalizado e documentado e fala sobre a  
80 importância da aprovação desse protocolo de segurança para o município e abre para dúvidas, Sr Daniel  
81 Gantner questiona como funciona o protocolo e Sra Adriana explica que existe uma portaria que obriga  
82 a ter esse núcleo que avalia a segurança do paciente onde o objetivo principal é avaliar um determinado  
83 grupo de pessoas que durante o processo de atendimento foi gerado algum tipo de problema e se esse  
84 problema foi gerado a partir do serviço prestado ou decorrente de outro fator e não se aplica somente  
85 a cirurgias, tem como objetivo avaliar materiais adquiridos que vieram com alguma alteração e acaba  
86 colocando a segurança do paciente em risco, ou seja, até mesmo as não conformidades serão  
87 encaminhadas para esse novo setor gerando segurança em conjunto entre paciente e servidor. Sr  
88 Alessandro questiona se esse núcleo é voltado somente para as UBS e Sra Lidiene orienta que no  
89 momento sim, e futuramente será direcionado a outros equipamentos mas que no momento é  
90 necessário realizar o mapeamento de atendimento das unidades desde a recepção até o atendimento  
91 médico final, Sr Cheguinari questiona se formação desse núcleo é voltado somente para técnicos e Sra  
92 Lidiene confirma que sim, e Sr Daniela Freitas complementa que geralmente é solicitado em segurança  
93 do trabalho principalmente para aprovação de certificações e essa comissão discute esses protocolos.  
94 A presidente Sra Karina abre para deliberação o Protocolo de segurança do Paciente e por unanimidade  
95 é aprovada. Na sequência, Sra. Karina inicia os informes dizendo que foi informada que um dos  
96 conselheiros enviou uma mensagem ao prefeito do município, reclamando do COMUS. E que o mesmo  
97 conselheiro foi até a Secretaria de Saúde e solicitou uma reunião com a Secretaria, como cidadão, e  
98 durante a reunião fez várias reclamações a respeito do Conselho Municipal de Saúde. Sra. Karina  
99 orientou que os conselheiros tem a liberdade de expor na reunião, os casos e situações que acharem  
100 importantes para deliberação da plenária e para isso, podem sugerir pautas para a reunião. Orientou  
101 também a importância do decoro e respeito mútuo entre os conselheiros. Que que antes de realizarem  
102 encaminhamentos aos órgãos competentes, as solicitações devem ser trazidas ao Conselho, salienta  
103 que por se tratar de um conselho deliberativo e cuja função é receber solicitações, acompanhar e enviar  
104 as solicitações aos órgãos competentes entre outros e é de extrema importância que todos do conselho  
105 estejam sintonizados numa mesma fala para que todos entendam as necessidades a serem discutidas  
106 pois trata-se de um conselho deliberativo e que quando houver qualquer reclamação a respeito do  
107 conselho, é de bom-tom que o conselheiro antes de acessar algum equipamento de atendimento para  
108 falar a respeito do conselho, primeiramente é necessário ser discutido no conselho e aponta que  
109 qualquer conselheiro pode solicitar pautas e cita alguns exemplos, por questão de organização,  
110 seriedade e decoro do conselho. Após fala sobre a solicitação da Diretoria de Vigilância em Saúde junto  
111 com a Secretaria de Saúde e a Prefeitura do Município para a indicação de dois conselheiros para  
112 compor a formação do Comitê de Prevenção à Mortalidade Materno Infantil, e para essa formação,  
113 indicou a conselheira Alessandra da Costa Viegas e o conselheiro Jair Ribeiro Filho que ambos possuem  
114 bagagem satisfatória para contribuir com o comitê. Em atendimento a solicitação do Sindicato dos

115 Papeleiros sobre nova indicação de duas pessoas para representar o sindicato, substituindo o titular Sr  
116 Almir Martins Júnior pelo titular Sr Rogério Silveira RG: 16.646.996-8 e suplente Sr Ricardo dos Santos  
117 Francisco RG: 32.093.576. Sr Alessandro Coimbra abre seus informes com a sugestão que seja feita a  
118 resolução com todos membros do Conselho Gestor de unidades (CGU) afim de maior transparência,  
119 após aponta que esteve acessando o serviço da farmácia municipal e o levou cerca de duas horas pa  
120 ser atendido, em razão disso, sugeriu que seja feita a moção de repúdio contra a empresa que presta  
121 serviço na farmácia, relata também que ao realizar ouvidoria pelo aplicativo do Fast Cidadão não é  
122 possível visualizar o número do protocolo, Sra Martha Castro (ouvidoria) orienta que nesse momento  
123 não existe essa opção pelo aplicativo, mas que se o cadastro estiver completo na unidade de saúde de  
124 referência o protocolo é enviado para o e-mail cadastrado, Sr. Alessandro Coimbra sugere que as  
125 senhas da farmácia venha com horário de chegada para que seja possível monitorar. Sr Cheguinari  
126 sugere que seja enviado ofício para secretaria de saúde questionando o processo de trabalho da  
127 farmácia e caso não seja resolvido, que seja feito a moção de repúdio e a presidente Sra Karina coloca  
128 a sugestão do encaminhamento de ofício para que seja deliberada e por unanimidade é aprovada. Na  
129 sequência Sr. Thúlio orienta que já está tomando medidas a respeito do processo de trabalho da  
130 empresa que presta serviço para a farmácia municipal e que para a próxima reunião irá responder a  
131 todos questionamentos. Sr Daniel Gantner fala sobre a necessidade de acontecer as reuniões das  
132 comissões e que até o momento aconteceu somente da Comissão Especial. Sr Flávio Fernandes fala a  
133 respeito da falta de cadeiras de rodas de acordo com o biotipo do usuário nas UPA Dr Thelmo e UPA Pq  
134 Meia Lua e Sra Rita responde que já está sendo padronizadas nas UPAs e que na UPA do Pq Meia Lua  
135 já estão todas conforme. Sr Horácio questiona porque os médicos das UBS não estão solicitando os  
136 exames de vitaminas B12 e vitamina D e Sr Renildo orienta que no momento esta havendo problemas  
137 contratual mas que brevemente será normalizado e os demais exames estão sendo solicitados  
138 normalmente. A reunião foi encerrada às 17h09, sem mais nada a acrescentar, eu Solange Faria, lavro  
139 a presente ata.

140